

ANEXO “B”



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 10ª RM
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO HERÓIS DO JENIPAPO)**

NUP Nº 64040.000108/2016-84

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO NR ____/20____.

CREDENCIANTE: A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO -
ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO
BRASILEIRO

CREDENCIADO: _____ (NOME) _____

OBJETO: SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL EM VEÍCULO
APROPRIADO (CARRO-PIPA)

NATUREZA: OSTENSIVO

VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO
____/____/____ a ____/____/____ (da data da assinatura até o
último dia de vigência deste Edital)

PREÂMBULO

A **União**, entidade de direito público interno, por intermédio do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Unidade Militar do Comando do Exército, sediado na Cidade de Teresina-PI, na Avenida Frei Serafim, Nr 2833, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob Nr 07.549.168/0001-08, daqui por diante denominada **CREDENCIANTE**, representado neste ato pelo Sr Ten Cel ALESSANDRO DA SILVA, Comandante e Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, residente na Avenida Frei Serafim, Nr 2833, Centro, Teresina-PI, PNR Nr _____, portador da Carteira de Identidade Nr 118.142.093-4, expedida pelo Exército Brasileiro, Cadastro de Pessoa Física (CPF) Nr 120.681.488-89, em conformidade com o Art 81 das IG 12-02, aprovadas pela Portaria Ministerial Nr 305, de 24 de maio de 1995, e do outro lado, o Sr _____ brasileiro, Profissional Autônomo, inscrito no INSS sob Nr _____, residente à _____, Nº, _____, Inscrição Municipal Nr _____, Identidade Nr _____, Cadastro de Pessoa Física

(CPF) Nr _____, doravante denominado **CREDENCIADO(A)**, ou ainda, a Pessoa Jurídica _____, com sede na _____, CNPJ _____ e demais dados de qualificação, resolvem em conformidade com o CREDENCIAMENTO, a cujos termos as partes se vinculam, tendo em vista o que consta no Edital de Credenciamento nº 01/2016, firmar o presente **CONTRATO**, respeitando as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato será regido, em especial, pela Lei nº 8.666/1993, e pelas instruções Gerais (IG 12-02), estas, aprovadas pela Portaria nº 305/1995, baixada pelo então Sr. Ministro de Estado do Exército.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Este Contrato guarda inteira conformidade com o Edital de Credenciamento nº 001/2016 e com o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016, dos quais é parte integrante, e se vincula, ainda, à proposta do(a) **CREDENCIADO(A)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, por parte do(a) **CREDENCIADO(A)**, com utilização de carro pipa/trator pipa, dos serviços de coleta, transporte e distribuição de água potável, com relação à(s) rota(s) estabelecidas em ordem(s) de serviço de emissão pela **CREDENCIANTE**;
SUBCLÁUSULA ÚNICA

1. O **CREDENCIADO** responsabiliza-se inteiramente pela legítima posse do veículo empregado na execução do ajustado, bem como por eventuais direitos de terceiros em relação ao mesmo, sendo, ainda, de sua responsabilidade todos os encargos legais e contratuais relativos ao veículo empregado, o qual deve ser mantido nas condições apresentadas por ocasião da inspeção para fins de cadastramento ou recadastramento.

2. Dados do veículo cadastrado:

- Marca/Modelo/Ano de Fabricação: _____
- Chassis: _____
- Placa: _____
- Cor: _____
- Capacidade da Pipa: _____ (metros cúbicos).
- Proprietário: _____ CPF: _____

CLÁUSULA QUARTA - DO IMPEDIMENTO DE OCORRÊNCIA DE SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitido subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato ou qualquer tipo de cessão ou transferência de responsabilidade, sendo vedado, ainda, a utilização de terceiros na execução do serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

1. O serviço será realizado por execução indireta, sob o regime de pagamento por prestação do serviço a cada demanda, após comprovadas às entregas efetuadas.

2. A execução dos serviços ora credenciados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CREDENCIANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

3. O representante da CREDENCIANTE deverá ter experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução do serviço.

4. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CREDENCIADO(A) e nem confere à CREDENCIANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

5. A CREDENCIANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

6. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CREDENCIANTE encarregado da fiscalização, deverão ser prontamente atendidas pela CREDENCIADO(A), ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, de acordo com as notificações recebidas.

7. Os serviços serão requisitados mediante Ordem de Serviço, de acordo com as necessidades da administração, podendo haver a suspensão ou cancelamento da execução do credenciamento, de plano, por notificação ao credenciado, quando ocorrer qualquer motivo que implique a paralisação momentânea da Operação Pipa, não gerando a suspensão ou o cancelamento direito a qualquer indenização, ressalvado ao credenciado o pagamento pelos créditos que tiver em relação aos serviços regularmente prestados até a data da suspensão ou cancelamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço praticado será conforme a tabela abaixo (exemplo):

Mananciais	Município	Localidades atendidas	Quantidade de Carradas	Nr Rotas	Valor Estimado por Rota (trimestral)	Estimativa de Recursos (Anual)
-	-	-	-	-	-	-

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O valor mensal devido pelos serviços executados será obtido por meio de medição realizada pela CREDENCIANTE, multiplicando-se o número de viagens executadas, no período considerado, pelo preço obtido na fórmula da Unidade de Medida de Transporte (**UMT**) abaixo estabelecido na subcláusula terceira, em conformidade com a(s) rota(s) determinada(s) na Ordem de Serviço, considerando a quantidade de água transportada (em metros cúbicos) e a(s) distância(s) percorrida(s) (em quilômetros) entre o local de captação e o ponto final de descarga.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

1. O pagamento pela prestação do serviço será efetuado em moeda corrente (Reais), mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente do CREDENCIADO, após a medição dos serviços executados, feita pela Administração, na forma discriminada na cláusula segunda e seu parágrafo primeiro. Será realizada a retenção dos impostos federais, estaduais e municipais porventura incidentes sobre o serviço, na forma da legislação vigente.

2. Dados do CREDENCIADO:

- Nome: _____

- CPF: _____

- Banco: _____

- Agência: _____

- Conta: _____

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

1. Unidade de Medida de Transporte (UMT)

a. Para se ter um critério único de avaliação de preço e medição dos serviços prestados, a Unidade de Medida de Transporte (**UMT**) a ser utilizada na Operação regulada pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) deverá ser a seguinte:

- Volume Transportado (**V**) x Distância do Manancial ao Ponto de Distribuição (**D**) x Quantidade de Viagens Realizadas (**Q**) x Índice Multiplicado (**I**), ou seja, $UMT = V \times D \times Q \times I$, cujo produto final fica convencionado denominar-se **MOMENTO DE TRANSPORTE**.

b. Para se estipular o Índice Multiplicador (**I**) deve-se aplicar a tabela a seguir:

TIPO DE RODOVIA	ÍNDICE MULTIPLICADOR (*)
Estrada 100% sem asfalto (chão)	0,54
Estrada mista (mais chão do que asfalto)	0,51
Estrada mista (mais asfalto do que chão)	0,49
Estrada com 100% de asfalto	0,47
Trechos economicamente inviáveis	0,82 (**)
Estrada que exige o uso de trator	0,93

(*) **Valor máximo**

(**) **IM a ser utilizado quando a situação exigir, mediante autorização do Comando do CMNE.**

c. A distância a ser considerada será apenas a percorrida entre o manancial e o ponto de distribuição, com carro-pipa ou trator carregado.

2. CRITÉRIOS PARA CÁLCULO DO VALOR DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

- a. O transporte executado por cada carro-pipa deverá ser apontado diariamente em uma planilha.
- b. O serviço será pago mensalmente e será medido pelo Momento de Transporte.
- c. Assim, por exemplo, um carro-pipa de 8.000 litros (8 m³) que abasteça uma localidade distante 89 km de um manancial, trafegando 40 Km estrada 100% asfalto e 49 Km estrada sem asfalto e que realize 52 viagens no ano, terá realizado um Momento de Transporte de:

$$M = 8 \text{ m}^3 \times 89 \text{ Km} \times 52 \text{ viagens} \times I$$

$$M = 37.024 \times I$$

- d. Considerando que o tipo de rodovia existente seja enquadrada no índice de estrada mista, mais chão que asfalto, o que corresponde ao Índice Multiplicador de 0,47, o valor devido pelos serviços prestados seria:

$$V = 37.024 \times \text{R\$ } 0,47$$

$$V = \text{R\$ } 17.401,47$$

SUBCLÁUSULA QUARTA

O pagamento será efetuado mediante as seguintes condições:

1. O Credenciante deverá apresentar o Recibo de Prestação de Serviço (RPS) referente ao serviço prestado após cada período de contratação, após prestação de contas, realizadas na sede da CREDENCIANTE, prioritariamente.
2. O prazo para pagamento será de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação do Recibo de Prestação de Serviço (RPS) pelo Credenciado.
3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, do Recibo de Prestação de Serviço (RPS) apresentado pelo Credenciado.
4. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade do Recibo de Prestação de Serviço (RPS) apresentado pelo Credenciante e do regular cumprimento das obrigações assumidas, conforme item 1, acima.
5. Havendo erro na apresentação do Recibo de Prestação de Serviço (RPS) ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.
6. Antes do pagamento, a Credenciante realizará consulta **on line ao SICAF** e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação do Credenciado, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento, se for o caso.
7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8. O Credenciado, regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, se for o caso.

9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo Credenciado, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11. A Credenciante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Credenciado, que porventura não tenha sido acordada oficialmente com a CREDENCIANTE.

12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira = (TX/100)/365

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

Respeitada a legislação pertinente, compete:

1. À CREDENCIANTE:

- a. Providenciar a alocação dos recursos para pagamento dos serviços prestados;
- b. Emitir previamente a nota de empenho para atender os serviços utilizados, bem como liquidar os débitos em seus respectivos vencimentos;
- c. Supervisionar o serviço contratado, cabendo-lhe, para tanto, designar equipes para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, em observância ao contido no artigo 67, da Lei Nr 8.666/93;
- d. Emitir Ordem de Serviço autorizando o início dos trabalhos;
- e. Efetuar as medições dos serviços executados pelo CREDENCIADO(A);
- f. Aplicar ao CREDENCIADO(A) as sanções regulamentares e contratuais;
- g. As fases do processamento das despesas do serviço deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, por intermédio de auditorias prévias,

concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece a ORDEM DE SERVIÇO Nr 001 – E4 / CMNE;

h. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a serem solicitados pelos Credenciados;

i. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;

j. Fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado vencedor;

l. Lacrar os reservatórios de água dos veículos (carros-pipa), durante o período de credenciamento, mantendo o controle da numeração dos respectivos lacres.

2. AO CREDENCIADO(A):

a. Adotar as medidas necessárias, na área de suas atribuições, para a execução dos serviços objeto do presente contrato, mantendo sob sua inteira responsabilidade e executando pessoalmente os serviços, sendo-lhe vedado subcontratar, total ou parcialmente, realizar qualquer tipo de cessão do ajuste, bem como utilizar-se de terceiros na sua execução;

b. Assumir todos os encargos de ordem legal e contratual, principalmente nas esferas trabalhista, securitária, comercial, fiscal, tributária e previdenciária correspondente, arcando com todas as despesas diretas ou indiretas relativas à execução do objeto contratual;

c. Prestar informações, fornecer dados e apoiar as ações necessárias ao pleno desempenho da fiscalização a cargo da CREDENCIANTE;

d. Manter o veículo (carro pipa/trator pipa) em condições de realizar o serviço, inclusive quanto às condições de limpeza adequada da cisterna, e nas condições exigidas pelo Código Nacional de Trânsito, sendo-lhe vedado substituir o veículo cadastrado, bem como o seu tanque, salvo em caráter excepcional, mediante autorização do CREDENCIANTE, após a devida vistoria;

e. Usar no veículo o logotipo do programa, conforme determinado pela coordenação da Operação Pipa;

f. Não fazer, ou permitir que se faça qualquer tipo de propaganda política, quando da execução dos serviços;

g. Cumprir estritamente o cronograma de distribuição de água determinado pelo CREDENCIANTE, não mudando as datas ou locais de entrega previstas, nem permitindo benefícios não previstos para quem quer que seja;

h. Responsabilizar-se pela purificação da água, adicionando, adequadamente, a quantidade de hipoclorito de sódio ou pastilhas de cloro fornecidos pelo CREDENCIANTE;

i. Responsabilizar-se inteiramente pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;

j. Abastecer a pipa apenas nos mananciais determinados ou autorizados pela CREDENCIANTE (particular ou público), responsabilizando-se por eventuais pagamentos de abastecimento da carga de água apanhada em manancial particular (poços artesianos, açudes, barragens, etc.), quando assim for determinado. O abastecimento pelo(s) CREDENCIADO(S) em mananciais não determinados ou autorizados reserva o direito da CREDENCIANTE rejeitar, no todo

ou em parte, os serviços prestados, conforme o item 12.1.1.11 do Edital de Credenciamento. Constituindo a reincidência neste tipo de procedimento como causa para rescisão contratual, conforme prescreve o item 14.1.8, do Edital de Credenciamento;

k. Não utilizar o veículo em outras atividades e serviços nos períodos em que estiver previsto para execução dos serviços objeto deste termo;

l. Informar imediatamente à Gerência da Operação Pipa caso esteja impossibilitado de realizar a distribuição de água, bem como sobre qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos necessários;

m. Apanhar a assinatura dos apontadores cadastrados para o recebimento da água e demais pessoas previstas para assinar a ficha, ou recolher os cupons (tickets) de controle de distribuição somente após a efetiva entrega da água, enquanto este for o método utilizado para controle de distribuição de água e prestação de conta;

n. Empregar corretamente os equipamentos do Sistema GPipa Brasil, conforme orientação da empresa, responsabilizando-se por danos causados a esses equipamentos por imperícia, imprudência ou negligência, após ateste de verificação técnica da empresa fornecedora dos equipamentos;

o. Executar os serviços previstos no presente Contrato conforme as normas estabelecidas no processo, ordens complementares da Coordenação da Operação Pipa e determinações das equipes de fiscalização;

o.1. É vedado ao CREDENCIADO(A) utilizar-se, a qualquer título, da contratação de terceiros para a execução do serviço, objeto deste Contrato;

p. Responsabilizar-se, nos casos em que lhe caiba, pela correta escrituração e entrega dos documentos exigidos pela Administração para fins de controle, fiscalização e apuração dos serviços executados;

q. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e nas condições de habilitação e qualificação exigidas quando da assinatura do Contrato;

r. Cumprir as leis, regulamentos e posturas compatíveis, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do presente certame, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de quaisquer transgressões, nas esferas cível e criminal;

s. Responsabilizar-se pela reparação ou correção do serviço objeto do contrato quando se verificar vícios, defeitos ou incorreções na execução do serviço;

t. Manter a regularidade do serviço de acordo com os padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitada as disposições estabelecidas no Contrato de Credenciamento;

u. Arcar com o custo de manutenção do caminhão, do combustível, da bomba d'água e outros gastos resultantes da prestação do serviço descrito neste edital, sendo vedado o repasse de tal custo a CREDENCIANTE e ao beneficiado;

v. Acatar as orientações da administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

x. Relatar à administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

w. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente edital.

- Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

- A Administração poderá conceder um prazo para que o CREDENCIADO(A) regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão, quando não identificar má-fé ou a incapacidade do mesmo de corrigir a situação.

y. Permitir a instalação em seu veículo de Módulo Embarcado de Monitoramento (MEM), para acompanhamento da logística por meio de sistema de rastreamento com posicionamento histórico do veículo, bem como registro de entregas realizadas à população beneficiada, que ocorrerá da seguinte forma:

- A priori, os módulos serão instalados nos Postos de Atendimento Avançado (PAA), que serão distribuídos no semiárido nordestino de forma que o veículo se desloque, no máximo, 100 km para a execução do serviço, à custa do CREDENCIADO(A);

- Os dados do veículo e motorista serão lançados no sistema WEB pela Coordenação da Operação Pipa, e o PAA deverá estar em condições de instalar, em até 02 (dois) dias, o sistema de monitoramento;

- O motorista receberá um cartão de monitoramento que servirá para comprovação das entregas e emissão de relatórios;

- É vedado ao CREDENCIADO(A) qualquer violação no equipamento instalado (manutenção, desligamento, desinstalação, dentre outros);

- Por motivo do término dos serviços na Operação Pipa, o CREDENCIADO(A) deverá, as suas custas, em até 05 (cinco) dias, após contato com a Coordenação da Operação Pipa, dirigir-se a um PAA, para a realização da correta desinstalação do equipamento de monitoramento, mediante agendamento.

z. Responsabilizar-se pelos custos de deslocamento no caso de extravio dos lacres numerados. Devendo o CREDENCIADO deslocar-se para a sede do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, em TERESINA(PI), para que seja realizada uma nova vistoria técnica do reservatório, recebendo, caso atenda as especificações do presente Edital, um novo lacre numerado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A despesa com a execução deste Contrato correrá por conta dos recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional (Unidade Orçamentária – UO - 53101, de acordo com a Portaria Interministerial Nr 01/MI/MD, de 25 de julho de 2012, os quais são descentralizados para esta OM (Unidade Gestora – UG), pelo Comando de Operações Terrestre (COTER).

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contando da data de assinatura deste instrumento.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA

A havida indicação de prazo de vigência deste Contrato não expressa obrigação de a CREDENCIANTE requisitar a prestação dos serviços do Credenciado, por todo o período, considerando -se a dependência de fatores como: o da definida sistemática de convocação através sorteios; a real necessidade que se apresente com relação prosseguimento das ações relacionadas à execução do Programa Emergencial “Operação Pipa”; e o da disponibilidade de recursos orçamentários.

SUBCLAUSULA SEGUNDA

O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato é de R\$ XX.XXX,XX (XX e XX mil e XXXXXXXX reais e XXXXXX centavos).

O indicado valor deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução de despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas. O mencionado valor não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

Os valores definidos para pagamento da prestação dos serviços serão fixos e irrevogáveis, considerando-se que a vigência do Contrato a ser celebrado ficará limitada a um ano, presente o que a respeito se acha previsto a Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do Termo de Credenciamento, o CREDENCIADO estará sujeito à multa de moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, incidente sobre o valor do Contrato.

a. Contar-se-á o termo inicial de incidência da multa a partir da data estipulada na Ordem de Serviço, ou após o prazo concedido em notificação, quando for o caso, sobre o valor do contrato, por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

b. A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Termo de Credenciamento e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

2. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, após o devido processo administrativo às seguintes penalidades:

a. Advertência;

b. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do Termo de Credenciamento ou da parcela inadimplida.

c. Em caso de inexecução total por ação ou omissão injustificada do contratado, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato celebrado.

d. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Exército Brasileiro**, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas aos Profissionais Autônomos e as Pessoas Jurídicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993:

a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

5. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e a de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no correspondente processo administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

8. As demais sanções são de competência exclusiva do Comandante do 2º Batalhão de Engenharia de Construção.

9. O recolhimento da multa deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da correspondente comunicação da autoridade competente.

10. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

11. A cominação de penalidade administrativa ao(à) Credenciado(a) não impede ocorrência de rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. São motivos para a rescisão do Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993:

- a. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações projetos ou prazo;
- b. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações projetos ou prazo;
- c. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d. Atraso injustificado no início dos serviços;
- e. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- g. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como das de seus superiores;
- h. Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;
- i. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- j. A dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- l. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- m. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- n. A suspensão, por parte da Administração, de serviços acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- o. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- q. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

r. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

s. O descumprimento do disposto no inciso V do art 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3. A rescisão do Contrato poderá ser:

a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos subitens “a” a “g” e subitem “y”, tudo do item 2, da CLAUSULA SÉTIMA;

b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

c. Judicial, nos termos da legislação.

4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada de autoridade competente.

5. Quando a rescisão ocorrer nos subitens “m” a “y”, tudo do item 2, da CLAUSULA SÉTIMA sem que haja culpa do Contratado, este será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de rescisão.

6. A rescisão por descumprimento da cláusula contratual acarretará a execução, para ressarcimento da Contratante, dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados àquela, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, nos casos permitidos na Lei 8.666/1993, por meio de TERMO ADITIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

Caberá à **CREDENCIANTE** providenciar, por sua conta, no prazo legal, a publicação resumida deste **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO** e de seu aditamento, na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela **CREDENCIANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Nr 8.666/93 e suas alterações posteriores, princípios que regem a administração Pública e demais regulamentos e normas administrativas federais aplicáveis.

2. O Credenciado se obriga a manter durante o período de execução deste **CONTRATO** as condições exigidas para o credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

O foro para dirimir questões na execução deste CONTRATO será o da Seção Judiciária do Piauí, em Teresina – Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido, vai assinado pelas partes celebrantes e duas testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes celebrantes a cumprir e fazer cumprir o presente termo em todas as suas cláusulas e condições.

Teresina-PI, _____ de _____ de ____.

PELA CREDENCIANTE

ALESSANDRO DA SILVA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 2º BEC

PELO CREDENCIADO

NOME/ REPRESENTANTE DA NOME DA EMPRESA
RG /CNPJ

TESTEMUNHAS

NOME– RG

NOME – RG